

RECEITA ALTERNATIVA

Regina Alvarez e Lydia Medeiros
Da equipe do *Correio*

Renovado, com um ministério em grande parte indicado pelos partidos que formam a base de apoio no Congresso, o governo prepara-se para ir à luta. O presidente Fernando Henrique Cardoso foi muito claro na semana passada: ministro que não tem voto está fora, avisou, cobrando a aprovação das medidas do ajuste fiscal no início de 1999. O ajuste não pode esperar e a equipe econômica já prepara medidas adicionais para compensar a perda de receita decorrente do atraso na aprovação da nova Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Cartas na manga é o que não faltam. A primeira alternativa é adiar as despesas do Orçamento até que a receita entre efetivamente no caixa. Se isso não resolver, haverá novos cortes nas despesas e, finalmente, se nada disso for suficiente, a equipe pretende apelar para o "saco de maldades". Uma das idéias em discussão é a colocação em disponibilidade de funcionários públicos, que seriam dispensados do trabalho recebendo apenas uma parcela do salário, proporcional ao tempo de serviço.

Essa idéia não é nova. Foi tentada pelo ex-presidente Fernando Collor e não deu certo. Só que naquela época não havia sido aprovada a reforma administrativa, lembra uma fonte da área econômica. Com a reforma na Constituição, a possibilidade de funcionários públicos serem postos em disponibilidade torna-se concreta. Só não foi anunciada no pacote fiscal porque é uma medida impopular e o governo julgou que o excesso de servidores na administração pública é mais um problema dos estados e municípios do que da União. Porém, se o ajuste fiscal de R\$ 28 bilhões for ameaçado, a medida será adotada.

A primeira providência, que é o adiamento de despesas previstas no Orçamento, deve atingir investimentos do setor público, que já foram brutalmente reduzidos. Adiar despesas de custeio não é possível, pois o governo corre o risco de paralisar a máquina administrativa, normalmente lenta. O corte de despesas também não será tarefa fácil, num Orçamento que perdeu R\$ 8,7 bilhões antes mesmo de ser aprovado pelo Congresso. Mas os técnicos garantem que farão isso, se a aprovação da CPMF atrasar.

O presidente Fernando Henrique disse, no anúncio do ministério, que espera ver a nova contribuição aprovada, no máximo, até março. A equipe econômica trabalha com um cronograma parecido e, em alguns aspectos, um pouco mais otimista. Alguns acham que seria possível mudar o regimento da Câmara ainda no mês de janeiro, durante a convocação extraordinária, para facilitar a aprovação da CPMF. O objetivo é dispensar a análise de uma comissão especial, o que atrasaria a tramitação do projeto. O próprio presidente da República admitiu que isso é muito difícil e disse contar com Contribuição aprovada em janeiro pelo Senado, passando a tramitar na Câmara na nova legislatura, que começa em 15 de fevereiro.

A prorrogação da CPMF e o aumento da alíquota de 0,20% para 0,38% no próximo ano deve render, de acordo com as estimativas da equipe econômica apresentadas ao FMI, receita adicional de R\$ 7,2 bilhões. É mais da metade do que o governo espera obter com as medidas destinadas a elevar a arrecadação — R\$ 13,3 bilhões.

Wanderlei Pozzembom 13.9.98

"É óbvio que os ministros dos partidos são ministros responsáveis pelos resultados do governo no Congresso"



Fernando Henrique acha que é muito difícil mudar o regimento da Câmara para aprovar a CPMF em janeiro, mas espera que na convocação extraordinária ela seja aprovada no Senado

O projeto de emenda constitucional que prorroga a CPMF por mais três anos e eleva a alíquota atual está no Senado e precisa ser votado em dois turnos pelo plenário. A previsão dos líderes do governo é de que isso poderá ocorrer até o final de janeiro.

PREJUÍZO DE R\$ 6 BILHÕES

É a perda estimada se a nova CPMF começar a ser cobrada somente em julho. Atraso será compensado

Se o regimento da Câmara não for modificado, na melhor das hipóteses, a cobrança da CPMF só começaria em julho, dando ao governo um prejuízo de cerca de R\$ 6 bilhões. Depois da aprovação no Congresso, será preciso aguardar ainda um período de 90 dias para o início da cobrança da nova contribuição, conforme determina a Constituição.

Faltam R\$ 18,5 bilhões. É quanto o governo ainda precisa arrancar do Congresso para cumprir a meta do ajuste fiscal de R\$ 28 bilhões, prometida ao Fundo Monetário Internacional. Por isso, além de fazer de tudo para apressar a tramitação da emenda da CPMF, o governo vai jogar pesado para assegurar a contribuição previdenciária para os inativos da União.

O presidente Fernando Henrique surpreendeu a todos ao anunciar na quarta-feira que esperava ver o projeto aprovado em janeiro, durante a convocação extraordinária. Ainda está viva na memória dos líderes a derrota inesperada que o governo amargou no início de dezembro, ao

PACOTE FISCAL

MEDIDAS JÁ APROVADAS	MEDIDAS AINDA NÃO APROVADAS
Reforma da Previdência <ul style="list-style-type: none">■ Foi homologada em dezembro, permitindo ao governo adotar várias medidas que vão reduzir o déficit em R\$ 3 bilhões no ano que vem	Orçamento da União de 1999, com cortes de R\$ 8,7 bilhões nas despesas <ul style="list-style-type: none">■ O Orçamento já está tramitando no Congresso e pode ser aprovado em janeiro. Como é autoritativo, não impede que o governo execute a proposta enviada pela equipe econômica mesmo antes da aprovação
Reforma Administrativa <ul style="list-style-type: none">■ As mudanças na máquina do governo com a reforma administrativa vão resultar numa economia de R\$ 500 mil em 1999	Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) <ul style="list-style-type: none">■ A proposta incluída no pacote fiscal prorroga a CPMF por três anos e eleva a alíquota de 0,20% para 0,38% em 1999. A receita adicional é de R\$ 7,2 bilhões
Aumento e equalização da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) <ul style="list-style-type: none">■ O aumento da alíquota da Cofins de 2% para 3% e cobrança dos bancos vão garantir receita adicional de R\$ 4,5 bilhões	Contribuição previdenciária dos inativos da União <ul style="list-style-type: none">■ O governo quer criar uma contribuição de 11% para aposentados que ganham até R\$ 1,2 mil e de 20% para a parcela acima desse valor. O ganho estimado com essa medida é de R\$ 1,350 milhão por ano
Incorporação dos depósitos judiciais à receita tributária <ul style="list-style-type: none">■ A medida permite que o Tesouro utilize os recursos dos depósitos judiciais, antes depositados na Caixa Econômica Federal. Vai render em 1999 uma receita adicional de R\$ 1,4 milhão	Adicional de Contribuição dos servidores públicos da ativa <ul style="list-style-type: none">■ Foi proposto no pacote fiscal um adicional de 9% na contribuição dos servidores públicos que recebem acima de R\$ 1,2 milhão. O ganho de receita equivale a R\$ 1,2 milhão
MEDIDAS ADICIONAIS QUE PODERÃO SER ADOTADAS	
<ul style="list-style-type: none">■ Adiamento de despesas na área de investimentos previstas no Orçamento■ Novos cortes nas despesas de custeio e investimento■ Redução dos gastos com pessoal com colocação de servidores em disponibilidade. Eles ficariam sem trabalhar e receberiam apenas uma parte do salário	

tentar pela terceira vez aprovar a medida. Agora, com o ministério recheado de políticos indicados pelos partidos, o presidente voltou a cargo. Mas poucos no governo acreditam que seria possível arrancar desse Congresso velho a taxação dos aposentados ainda no mês de janeiro.

O líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda, acha que tecnicamente é possível apreciar a medida e ressaltar o novo perfil do ministério. "É impossível trabalhar com partidos que indicam ministros e não dão votos. O presidente foi

muito claro. Vamos trabalhar agora com outro tipo de negociação congressual. E é bom lembrar que a situação internacional continua grave e medidas terão que ser tomadas". Os técnicos do governo têm dúvidas se seria possível fechar um acordo em tão pouco tempo sobre uma medida polêmica como essa. O mais provável, na avaliação desses técnicos, é que a negociação comece em janeiro para que o governo possa encaminhar uma proposta no início da nova legislatura, com o Congresso renovado.

REDUÇÃO DE GASTOS OU
DISPONIBILIDADE
DE SERVIDORES,
SAÍDAS PARA COMPENSAR
ATRASO NA CPMF

defendendo uma forma mais branca de efetuar o desconto nos aposentados. Segundo líderes de partidos que sustentam o governo, será preciso ampliar os limites de isenção. Na última votação, o governo tentou liberalizar a cobrança os aposentados com rendimentos de até R\$ 1,2 mil. Mesmo assim, perdeu. Agora, alguns defendem a criação de mais faixas de isenção combinando salário e idade.

Mesmo que aprove a contribuição para os aposentados no início de 1999, o dinheiro ainda demorará a entrar nos cofres públicos. Como se trata de uma contribuição, vale o prazo de 90 dias entre a aprovação e o início da cobrança.

Há outros obstáculos no caminho do pacote. Um deles, criado pelo próprio governo: o teto salarial do funcionalismo público. Definido em R\$ 12,7 mil — maior salário pago hoje a um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) — numa reunião entre os chefes dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), esse limite promete estourar as folhas de pagamento da União e dos estados. Já houve recuo no Legislativo, que deve instituir um subteto, deixando os salários de senadores e deputados nos atuais R\$ 8 mil ou, no máximo, em R\$ 10,8 mil.

GANHO ADICIONAL DE R\$ 2,6 BILHÕES

Governo não abre mão da contribuição de inativos. Nem de aumentar alíquota do pessoal da ativa

Essa discussão é relevante por todos os aspectos. E o principal é que ela representa R\$ 2,6 bilhões na conta do ajuste. Os parlamentares vêm

de acordo com a pressão pelo aumento é grande. E como os salários daquele poder são escalonados, tendo como referência o salário dos ministros do STF, o efeito cascata pode comprometer o esforço de contenção nas despesas públicas. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) propôs uma mudança na Constituição para acabar com essa graduação para os tribunais. "Essa sugestão é desastrosa", criticou o presidente da Associação dos Magistrados do Brasil (AMB), Luiz Fernando de Carvalho.